

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NA ESTÂNCIA
HIDROMINERAL DE POÁ, APEP-POÁ

Edição nº02/2021-Março/Abril

ATO UNIFICADO DAS ENTIDADES DO FUNCIONALISMO REÚNE MAIS DE 300 SERVIDORES QUE DIZEM NÃO AO PL 23/2021



Mobilização da categoria tem surtido efeito tanto nas ações do legislativo quanto nas do executivo.

Nesta terça-feira, 13/04/2021, centenas de servidores, seguindo os protocolos sanitários, atenderam ao chamado das entidades e compareceram ao ATO UNIFICADO para protestarem contra a possível inclusão na pauta de votação do PL nº 23/2021, que além de abordar praticamente todos os itens que estavam contidos no PL 18/2021, arquivado em fevereiro sob forte mobilização, também propõe a suspensão do vale alimentação por tempo indeterminado.

O Presidente da APEP, Professor Franklin Nascimento, iniciou o ATO fazendo um breve resumo de toda a situação, inclusive sobre as tratativas com o governo municipal, sendo que os representantes das demais entidades e servidores presentes complementaram a fala contestando as alegações do executivo que afirma que as contas do município entrarão em colapso caso o PL não seja aprovado.

Após o início da sessão ordinária, o vereador Edinho do Kemel informou que o documento encaminhado de forma digital à Câmara Municipal

carecia de formalização e inclusão de documentos físicos, o que impossibilitou a leitura do PL e conseqüentemente a sua inclusão na pauta, sendo arquivado pelo Presidente da Câmara, Vereador Diogo Pernoca, mesmo sob a insistência de alguns vereadores da base do governo que queriam a qualquer custo que ocorresse a apreciação do PL, inclusive dizendo que pediriam as documentações exigidas por e-mail, como foi o caso do Vereador Tio Deivão.

Com o PL sendo arquivado, os servidores presentes comemoraram mais uma vez, mas diante da atual conjuntura deliberaram por algumas ações e o estado de mobilização permanente para o enfrentamento a este ataque.

GOVERNO RECEBE ENTIDADES, RECUA, MAS AINDA MOSTRA INTRANSIGÊNCIA

Antes da manifestação marcada, as cinco entidades representativas foram atendidas pelo governo,

ainda que de forma escalonada (dias diferentes), mas sem mostrar qualquer dado ou indicar a possibilidade de debate em conjunto com os servidores para uma possível saída para o enfrentamento da crise, reforçou seu argumento de que tais medidas eram necessárias para a manutenção dos serviços públicos.

Mesmo com os argumentos da diretoria da APEP de que a suspensão do vale alimentação traria enormes prejuízos, principalmente aos que tem menor referência salarial no quadro de funcionários da prefeitura, o Secretário de Administração, Marcos Borsari, sinalizou com a possibilidade de ofertar uma cesta básica aos servidores com referência de até R\$1800,00 em substituição a concessão do vale alimentação, proposta esta, rechaçada pela categoria, mas que já mostra um certo incômodo do governo com a mobilização e resistência dos servidores.

ENTIDADES PROTOCOLAM DOCUMENTO SOLICITANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA ANTES DO PROJETO ENTRAR EM PAUTA

Ainda antes da realização do ATO, as entidades protocolaram documento na casa de leis solicitando Audiência Pública para que o Governo debatesse o PL com os servidores e a população e o Presidente da Câmara Municipal, após o documento ter sido lido na sessão pelo Vereador Dr Saul, encaminhou o pedido para análise das comissões.

GOVERNO ENCAMINHA À CÂMARA MUNICIPAL O PL 26/2021 EM SUBSTITUIÇÃO AO PL 23/2021 E SOLICITA APRECIÇÃO DO PL EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Na tarde de hoje, 14/04/2021, a diretoria da APEP tomou conhecimento pelos canais de

comunicação da Câmara Municipal sobre o encaminhamento de documentação referente ao PL nº 26 em substituição ao PL nº 23. Sanando alguns apontamentos feitos na sessão que impediu a leitura do PL e incluindo o dispositivo para concessão de cesta básica o governo solicitou a apreciação do PL em sessão extraordinária.

**PEDIDO DAS ENTIDADES É
ACATADO E AUDIÊNCIA
PÚBLICA É MARCADA PARA
DISCUSSÃO DO PL 26/2021**

Contrariando a solicitação do governo que pedia a apreciação do PL em sessão extraordinária, o Presidente da Comissão de Educação, Vereador Professor Rogério Mathias atendeu a solicitação das entidades sindicais e agendou Audiência Pública para a próxima sexta-feira, 16/04/2021, a partir das 18 horas para que o PL seja debatido entre executivo, legislativo, representantes dos

servidores e munícipes.

Mais uma vez a mobilização dos servidores foi e é fundamental, pois sem ela, certamente esse PL já teria sido pautado com grandes possibilidades de ser aprovado prejudicando os servidores e os serviços públicos da cidade.

Por isso devemos ficar em estado permanente de mobilização e dizer **NÃO** aos ataques aos servidores, que já estão se sacrificando com salários e adicionais congelados num momento de pandemia e alta de preços dos produtos mais básicos para sobrevivência.

**TODOS MOBILIZADOS!
ENTIDADES UNIFICADAS
Com ética compromisso e luta e em defesa
dos nossos direitos e da vida!**

**À DIRETORIA
PROF. FRANKLIN VALDEMAR DO
NASCIMENTO
Presidente**